



Dono do X

Investida de Musk mobiliza reações das cúpulas do Judiciário e do Legislativo

— Barroso vê ‘inconformismo contra a democracia’ e ‘instrumentalização criminosa das redes’; para Pacheco, regulamentar as plataformas é ‘inevitável’; PF monitora mensagens do bilionário

RAYSSA MOTTA
FAUSTO MACEDO
PEPITA ORTEGA

As cúpulas do Judiciário e do Legislativo reagiram ontem às críticas feitas pelo bilionário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), à atuação do Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, afirmou ontem que o “inconformismo contra a democracia se manifesta na instrumentalização criminosa das redes sociais”. Já o presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que a regulamentação das redes é “inevitável”. A Polícia Federal vai investigar se Musk cometeu algum crime ao ameaçar descumprir decisão do Supremo.

A investida de Musk se deu contra decisões do ministro Alexandre de Moraes, que é também presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Moraes, em resposta, incluiu o empresário no inquérito sobre milícias digitais, anteontem, após o bilionário ameaçar descumprir decisões que determinaram a retirada de conteúdos do X.

A PF, a pedido de Moraes, vai analisar se as declarações do empresário podem ser enquadradas, por exemplo, como apologia de crime. A PF também monitora os desdobramentos do caso. Musk prometeu publicar decisões judiciais que determinaram o bloqueio de perfis no X, alegando que elas promovem censura, mas há ordens em sigilo. Uma eventual divulgação pode ser interpretada pelos investigadores como vazamento indevido.

A reação em série ocorreu depois de um post de Musk em que se dizia inconformado com a retirada de conteúdo e com o bloqueio de perfis investigados por ataques às urnas eletrônicas. Musk chegou a afirmar que iria remover as restrições ordenadas por Moraes. E disse que o ministro viola a legislação brasileira e profere exigências “draconianas”.

VPN. Em uma publicação, ensinou ainda seus seguidores a acessar a plataforma X por meio do programa Virtual Private Network (VPN), o que, na prática, significa orientar co-



Moraes pediu à PF que avalie se há crime nas mensagens de Musk



Musk questionou a imparcialidade política de Moraes em novo post

‘Apelo independente de filiação política?’, questiona empresário

O empresário Elon Musk disse ontem, no X, que sua rede social apoia o povo do Brasil “independentemente de filiação política” e questionou se o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes faz o mesmo. Desde sábado, Musk tem usado a rede para criticar o magistrado.

Mesmo que Musk recue e cumpra determinações da Justiça brasileira, bolsonaristas que tiveram as contas restritas nas redes sociais têm se valido de meios para burlar o bloqueio das contas, não só no X. O blogueiro Allan dos Santos criou, na sexta-feira, o 40.º perfil no Instagram, após a 39.ª conta, aberta quatro dias antes, ser derrubada pela plataforma.

Ele também tentou driblar a decisão de Moraes ao criar uma conta na rede social OnlyFans, de conteúdo adulto, em março. O perfil foi suspenso. No domingo, conseguiu fazer uma live, mesmo com a conta do canal Terça Livre no X — suspensa no Brasil. O blogueiro mora nos EUA e está foragido da Justiça brasileira.

Um grupo de parlamentares e líderes da direita lançou um manifesto em apoio a Musk. O manifesto é online e se chama “Censura Não — o Brasil precisa ter voz”. ● RAFAELA FERREIRA, JULIANO GALISI E DANIEL WETERMAN

mo se manter no X, mesmo se ele, eventualmente, estiver bloqueado no País.

Além da repercussão institucional, o episódio alimentou o cenário de polarização política no País. O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que o assunto “está palpitando fora do Brasil”. “Parece que a salvação nossa, a democracia, está ameaçada”, disse, em uma live.

Barroso, que preside o Judiciário, reforçou que a Corte máxima vai seguir atuando na proteção das instituições e destacou que “toda e qualquer empresa” que opere no País está sujeita à Constituição Federal, às leis e às decisões da Justiça brasileira. “Decisões judiciais podem ser objeto de recursos, mas jamais de descumprimento deliberado. Essa é uma regra mundial do estado de direito e que faremos prevalecer no Brasil”, ressaltou. O ministro Edson Fachin também se pronunciou. “Nenhum CEO pode dizer que não vai cumprir decisão judicial.”

Integrantes do primeiro escalão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva defenderam o controle das redes sociais, em diversas manifestações. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, classificou o episódio de “ataque inadmissível”.

O advogado-geral da União, Jorge Messias, defendeu a regulamentação das redes: “Não podemos conviver em uma sociedade em que bilionários com domicílio no exterior tenham controle de redes sociais e se coloquem em condições de violar o estado de direito”, escreveu Messias na mesma rede controlada por Musk.

O relator do Projeto de Lei

“Precisamos ter disciplina legal sobre isso, sob pena de ter discricionariedade por parte das plataformas que não se sentem obrigadas a ter o mínimo ético no manejo das informações e desinformações na rede social”

Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente do Congresso

“Decisões judiciais podem ser objeto de recursos, mas jamais de descumprimento deliberado. Essa é uma regra mundial do estado de direito e que faremos prevalecer no Brasil”

Luís Roberto Barroso
Presidente do Supremo
Tribunal Federal

2630, das fake news, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), disse que pedirá ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para incluir a proposta novamente na pauta.

MARCO LEGAL. Pacheco cobrou a votação do projeto já aprovado no Senado e em tramitação na Câmara que visa estabelecer um marco legal sobre o assunto no Brasil. A proposta foi votada no Senado em 2020 e aguarda a apreciação pe-

los deputados federais.

“Não é censura, não é limitação da liberdade de expressão. São regras para uso dessas plataformas digitais para que pessoas não disseminem ódio, violência, ataques a instituições”, afirmou, em entrevista ontem. “A participação do Judiciário tendo que decidir sobre essas questões sem que haja uma lei que discipline acaba gerando controvérsias como essas que vimos, de o Judiciário precisar agir”, reforçou.

Anteontem, Moraes também havia ordenado a abertura de um inquérito à parte sobre o empresário por suposta obstrução da Justiça, “inclusive em organização criminosa e incitação ao crime”.

A avaliação de Moraes é a de que o bilionário “iniciou uma campanha de desinformação sobre a atuação” do Supremo e do TSE, “instigando a desobediência e obstrução da Justiça, inclusive em relação a organizações criminosas, ordens emanadas da Justiça brasileira relacionadas ao bloqueio de perfis criminosos e que espalham notícias fraudulentas, em investigação nesta Suprema Corte”.

‘APOIO EXTERNO’. Bolsonaro, na transmissão realizada na noite de domingo, afirmou que a fala de Musk deixou claro um “apoio fora do Brasil”. Declarou, ainda, que a “liberdade de expressão está ameaçada”. Ele estava ao lado de dois de seus filhos: o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e o vereador Carlos Bolsonaro (PP-RJ). ● COLABORARAM GABRIEL HIRABAHASI, GIORNANNA NEVES, FERNANDA TRISOTTO E HEITOR MAZZOCO

IA DE MUSK ENSINA A FAZER BOMBA E A SEZUIR CRIANÇAS, DIZ ESTUDO. PÁG. B8

PARTE DO TEXTO FORNECIDA POR ELON MUSK
Pacheco@psd.org.br | 11 904 2718-8604
CONTATO: ANA POLYDORA@ESTADOSP.COM.BR

Pressreader